

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS À COMUNIDADE REGIONAL

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.10749>

Recebido em: 13/5/2020

Aceito em: 28/6/2021

Gabriella Azeredo Azevedo¹, Grazielle Betina Brandt²

RESUMO

O presente artigo debate acerca do grande fluxo migratório hoje para o Brasil, e mais especificamente para o Rio Grande do Sul, e como tem se dado a relação com os imigrantes no território sob o ponto de vista do acesso a direitos, serviços e a garantia e criação de políticas públicas do Estado que são viabilizados por novos agentes: as universidades e seus projetos de extensão. A partir do referencial teórico, com destaque para a Teoria da Estruturação de Giddens, e de uma análise qualitativa, feita a partir de entrevistas ao longo dos anos de 2018 e 2019, verificou-se a atuação de projetos de extensão no Rio Grande do Sul de duas universidades federais que prestam serviços aos imigrantes e interagem com o Estado e com a comunidade. Percebeu-se que muitos desses serviços e a própria garantia de direitos pelo Estado foram viabilizados por intermédio destas universidades, o que revela, primeiro, sua importante função de agente dentro da estrutura e, segundo, sua proximidade e compromisso com o social e com a comunidade, mesmo em um momento de constantes cortes no orçamento e financiamento de projetos por parte do governo federal.

Palavras-chave: Imigrantes internacionais; extensão universitária; integração; desenvolvimento.

UNIVERSITY EXTENSION IN THE INTEGRATION PROCESS OF INTERNATIONAL IMMIGRANTS TO THE REGIONAL COMMUNITY

ABSTRACT

This article discusses the intense migratory flow nowadays to Brazil, and more specifically to Rio Grande do Sul, and how the relationship with immigrants in the territory has taken with the community, from the perspective of access to rights, services and the guarantee and implementation of public policies of the State that are made possible by new agents: universities and their extension projects. From the theoretical framework, with emphasis on the Theory of Structuring of Giddens, and from a qualitative analysis, made from interviews throughout the year 2018 and 2019, it was verified the performance of extension projects in Rio Grande do Sul with two federal universities that provide services to immigrants and interact with the state and the community. It was possible to analyze that many of these services and the very guarantee of rights by the State, were made possible through these universities, which demonstrates, first, its important role as an agent in the structure and, second, its proximity and commitment to the social and to the community, even at a time of constant budget cuts and project financing by the federal government.

Keywords: International immigrants; university extension; integration; development.

¹ Autora correspondente. Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Av. Independência, 2293 – Universitário. Santa Cruz do Sul/RS, Brasil. CEP 96815-900. <http://lattes.cnpq.br/6146333447966794>. <https://orcid.org/0000-0002-3796-8694>. gabriella_aa@hotmail.com

² Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Santa Cruz do Sul/RS, Brasil.

INTRODUÇÃO

O mundo como o conhecemos atualmente vem se modificando com certa velocidade nas últimas décadas, no que respeta à revolução das técnicas/tecnologia e, junto desta, uma revolução também no campo da informação e do capital (SANTOS, 2000). Tais mudanças advindas do capitalismo global no acesso à informação possibilitaram, segundo Harvey (1992), certa “compressão do tempo-espaço”, transformando as práticas político-econômicas e influenciando aquelas de ordem social e cultural, uma vez que aproximou países e suas distintas populações a conviverem em um mesmo espaço – ainda que por vezes cibernético. Este fenômeno da globalização passou a fazer parte das discussões de forma mais intensa no período pós guerra fria, isto é, no final do século 20. Havia então um novo contexto para se pensar as relações entre os Estados, seus povos e instituições. A antiga concepção do mundo como ideologicamente bipolar havia entrado em desuso e a nova realidade apresentada é, portanto, mais interdependente e complexa com novos agentes protagonizando debates e articulando ações na sociedade.

Sabidamente, o avanço tecnológico permitiu conexões inimagináveis de forma muito veloz e com os lugares mais longínquos que se tem conhecimento. Santos (2000), entretanto, averigua também os contrastes produzidos pela globalização quando esta não está a serviço de todos – sobretudo dos mais necessitados – trazendo o que chama de “fábrica de perversidade”, demonstrando dados alarmantes e permanentes sobre a fome e doenças no mundo, exatamente em um momento em que se conquistou o maior índice de produtividade em alimentos e avanços significativos na ciência. O autor destaca ainda que nunca houve na história um número tão grande de deslocados e refugiados pelo mundo e reflete, portanto, sobre a necessidade de os avanços, de modo geral, estarem disponíveis para a garantia da qualidade de vida dos seres humanos.

Nesse momento, portanto, em que se estabelece o maior fluxo de deslocados, imigrantes e refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), cabe refletir sobre como tem se dado esse processo migratório também no contexto da globalização, uma vez que:

Hoje o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou país. Seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor. Entretanto, a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras [...] O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas (MARTINE, 2005, p. 3).

Essa aproximação de fronteiras, mercados e culturas permitida pela globalização, influencia o olhar e perspectivas das pessoas migrantes, como demonstra Martine (2005) em sua obra *“A Globalização Inacabada”*. Assim, pretende-se debater nesta pesquisa as novas relações e agentes que surgem nesse contexto e que dialogam com os imigrantes, auxiliando no acesso a direitos, serviços e interagindo com o Estado na instalação de políticas públicas.

Segundo Ferracini (2017, p. 4):

O Estado não é mais o único local da soberania (e da normatização que a acompanha), nem tampouco o sujeito exclusivo do direito internacional. Outros atores – organizações não governamentais, minorias, organizações supranacionais, etc. – emergem como sujeitos do

direito internacional e como atores das relações internacionais. E nesse cenário é fundamental o mapeamento dos agentes operantes, e assim analisar as narrativas da globalização, em relação às políticas migratórias, no sentido de ressaltar os conflitos geopolíticos inerentes que marcam contextos concretos e históricos das nações e das regiões, principalmente decorrentes de projetos relacionais espaciais estratégicos.

Ao perceber, portanto, o surgimento de projetos de extensão de universidades que assessoram os imigrantes hoje dentro do território nacional, pretende-se analisar como se dá essa relação no contexto local/regional. Desta forma, na sequência serão feitos alguns debates acerca do tema trazendo dados de organizações, referencial teórico e análise empírica feita a partir de entrevistas com universidades federais do Estado do Rio Grande do Sul para demonstrar na prática como seus projetos de extensão têm articulado políticas públicas e serviços aos imigrantes e assumindo uma função de agente dentro da estrutura estatal – refletindo sob a luz da Teoria da Estruturação de Anthony Giddens.

ESTADO E UNIVERSIDADES: Reflexões sobre a Teoria da Estruturação

Anthony Giddens, sociólogo britânico, é o pesquisador que conceituou a Teoria da Estruturação, no livro *“A Constituição da Sociedade”*, de 1989. A ideia prevalecte nesta teoria, sob o ponto de vista metodológico, é a de conceber as influências e relações existentes do macro ao micro (e vice-versa), possibilitando, assim, identificar as consequências da ação dos agentes por meio da reflexão da estrutura. Desta forma, dá condições para interpretações amplas, ao mesmo tempo em que permite avaliar ambientes microssociais e, portanto, a importância das ações dos indivíduos na estruturação da vida em sociedade.

É perceptível, além disso, na sociologia de Giddens, o quanto fenômenos globais e eventos localizados mantêm vínculos diretos, uma vez que há relações – sobretudo no mundo globalizado – entre as ações dos agentes e influência nas estruturas e instituições que regem a vida em sociedade. Dessa forma, cabe mencionar também o que se entende por estrutura a partir dessa Teoria e como isto está relacionado com o tema dos direitos dos imigrantes.

Na Teoria da Estruturação entende-se “estrutura” como o conjunto de regras e recursos implicados na prática e reprodução social. As estruturas, portanto, são conjuntos de regramentos que auxiliam na regulação das atividades, podendo impor certas sanções ou benefícios (GIDDENS, 2003). “A estrutura não deve ser equiparada à restrição, à coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora” (2003, p. 30).

Sendo assim, cabe mencionar que a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos independentes, isto é, um dualismo, mas representam uma dualidade. A dualidade pressupõe a estrutura como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; com isso, pode-se afirmar que as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão envolvidas em sua produção e reprodução continuamente. Desta forma, Fridman (2014) explicita o conceito de reflexividade cunhado por Giddens: “As questões existenciais da vida privada, devido às incorporações reflexivas, têm influência crescente sobre a agenda pública” (FRIDMAN, 2014, p. 246).

Então, cabe pensarmos acerca da sociedade – em termos de regras e instituições – e analisar como tem sido reestruturada a partir da ação dos atores e agentes desse sistema, uma vez que a presença dos imigrantes em grande escala, como ocorre atualmente, requer que esta seja adaptada e reestruturada, a partir de novos regramentos, direitos, deveres e oportunidades.

Conforme afirma Giddens, contudo, em toda relação social existe uma dialética de controle envolvendo o acesso assimétrico aos meios (recursos) – e a manipulação desses meios – pelos quais os agentes influenciam o comportamento uns dos outros (COHEN, 1996). A ideia, portanto, é pensar em como possibilitar uma redução nessas assimetrias e garantir o empoderamento e desenvolvimento dos indivíduos a partir do acesso a serviços e direitos públicos, bem como a integração social.

Partindo desses pressupostos, em que se entende o conceito de estrutura como sendo os regramentos que ditam e influenciam a vida em sociedade e as limitações dos agentes, pode-se pensar como sendo a figura do Estado nessa análise, bem como seus aparatos regulatórios de leis, políticas, sanções, economia. Já ao mencionar a ideia de “agente” e “agência”, pode-se interpretar, nesta pesquisa, as universidades e suas ações na sociedade, uma vez que os agentes controlam e regulam o fluxo de suas atividades e monitoram aspectos físicos e sociais nos contextos em que atuam. Nesse caso, entende-se a ação como um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva dos atores sociais é fundamental para o controle e funcionamento dessa representatividade (PEIXOTO, 2014).

UNIVERSIDADES NA CONDIÇÃO DE AGENTES NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES À COMUNIDADE

A realidade vivenciada e descrita anteriormente suscita a reflexão sobre a importância e interdependência de agentes dentro da estrutura estatal que dialogam do micro ao macro. Nesse sentido, pode-se pensar nos desafios e oportunidades que advêm dessas interações e o que na prática pode ser observado a partir da influência desses agentes.

Sendo assim, as universidades, como partes desse território em constante movimento, também são trazidas à discussão. Para Rodrigues (1999) “isso não significa que a universidade tenha por essência um papel puramente adaptativo [...] Contudo, a universidade não pode ignorar o que está acontecendo no âmbito social” (p. 2). Isso nos permite pensar sobre o papel da universidade diante de situações e desafios que surgem na comunidade em que está inserida e, portanto, em sua função social.

As universidades no Brasil estão ancoradas sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, os quais, de forma indissociável, devem ser responsáveis pela formação dos estudantes. “Para tanto, seu papel social é o de fomentar ações educativas para a construção de uma cidadania que objetiva a transformação social, a conquista dos direitos (civis, políticos e sociais) individuais e coletivos e que consiga manter-se num constante diálogo com a sociedade” (SANTOS JUNIOR, 2013, p. 1).

Embora as universidades, historicamente, tenham sido criadas com a finalidade de formar as elites, com as mudanças nas condições e contexto histórico-social, tiveram de se adaptar – havendo profundas transformações em seu papel, função e atuação na sociedade. A respeito do tripé ensino, pesquisa e extensão e de suas funções, pode-se dizer que a extensão univer-

sitária ocupa lugar de destaque quando se discute o papel social de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

No Brasil, as primeiras ações de extensão universitária, ainda não de forma institucionalizada, ocorreram ainda no início do século 20, a partir da Lei Orgânica de Ensino Superior de 1911 (Decreto nº 8.659), que possibilitou autonomia às Instituições de Ensino Superior brasileiras. Assim, com essa permissão, surge no ano seguinte a Universidade Livre de São Paulo, que dá início à primeira experiência de Universidade Popular, considerada a primeira forma de experiência extensionista do Brasil (SANTOS; SANTOS, 2011).

Na América Latina, em Córdoba, também houve no início do século 20 um movimento organizado por estudantes que influenciou significativamente as diretrizes das universidades no Brasil. A Reforma Universitária de Córdoba (de 1918) foi um marco não só na Argentina, mas em todo o continente americano – no que diz respeito aos preceitos de uma universidade e sua função pública e/ou social. Em 1918, após apoio e pressão popular de que a universidade não deveria continuar enclausurada ou de acesso restrito à elite hispano-americana – sobretudo, que fosse possível dialogar e não houvesse a supremacia dogmática e autoritária de professores e da religião por intermédio dos jesuítas – os estudantes conquistaram importantes transformações de ordem social a partir de suas manifestações, como: liberdade de cátedra, a democratização do acesso e permanência do estudante, o reconhecimento da pesquisa como importante papel da universidade e o estabelecimento de um compromisso com a sociedade pela via do desenvolvimento de ações de extensão (PROEX UFES, 2019).

Um século depois percebe-se o quanto todos esses aspectos e demandas do movimento estudantil ainda são atuais e necessitam, permanentemente, serem defendidos. A pesquisa, a extensão, a permanência do estudante por meio de fomento e políticas públicas, bem como a liberdade de cátedra e acolhimento de problemas sensíveis da sociedade são pautas cada vez mais urgentes e demonstram a importância do papel das universidades na sociedade e, em última instância, o da extensão como o vértice mais próximo do indivíduo.

Assim, pode-se afirmar também que a história da extensão universitária brasileira teve início com ações do movimento estudantil e que, de forma mais organizada, em 1937 com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) o Manifesto de Córdoba fora retomado trazendo à tona a discussão sobre as Universidades Populares do Brasil (SANTOS; SANTOS, 2011). Já no contexto da Ditadura Militar (1964 - 1985), discussões também permeavam a Academia acerca do resgate dos ideais democráticos e de uma sociedade mais justa e igualitária – na qual a universidade deveria participar dessa construção. Assim, passou-se a demandar o fortalecimento do seu compromisso com os setores populares da sociedade. Desde então, universidades vêm delegando à extensão universitária e ao ensino o compromisso – e o comprometimento – com o exercício da sua função social (SANTOS JUNIOR, 2013).

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária:

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (BRASIL, 2018, p. 13).

Pesquisas científicas recentes, como a de Talayer (2017), também reforçam o quanto as universidades vêm desempenhando um importante papel nesse cenário no Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa coloca luz, por exemplo, no debate sobre a inclusão de imigrantes no texto da Política Nacional de Extensão Universitária no Eixo de Grupos Populacionais, referenciando a necessidade de orientar ações e projetos que contemplem esse segmento entre aqueles ditos vulneráveis ou com necessidades a serem supridas – situação que não fora contemplada, inicialmente, na Política.

Cabe destacar, entretanto, que, embora se tenha a clareza de que a universidade desempenha importante papel na interação com a sociedade e na difusão e prática do conhecimento que se produz dentro dela, esta não busca substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas soma-se aos seus esforços e auxilia-o por meio dessa política no desempenho de suas atribuições (BRASIL, 2018). Além disso, a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, sob a forma de participação direta em sua formulação e introdução, apresenta também potencial de contribuição para a superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, bem como do caráter muitas vezes residual e temporário de seu financiamento, conforme ocorrem as trocas de governos. Nota-se, portanto, a relevância de sua função como agente ao se relacionar com pautas sensíveis da comunidade local e ao mesmo tempo dialogando com as esferas, compromissos e orçamento do Estado.

Ainda, a Extensão Universitária, em sua articulação com as políticas públicas, deve estar pautada por três eixos integradores e ter como prioridade oito áreas de atuação. Os eixos integradores são: Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho (BRASIL, 2018). Sobre os Grupos Populacionais que devem ser beneficiados na instituição dessas ações de extensão universitária cabe destacar a importância de as universidades perceberem e incluírem em seus projetos o público dos imigrantes; referenciando, portanto, a necessidade de orientar ações e projetos que contemplem esse segmento entre aqueles ditos vulneráveis ou com necessidades a serem supridas.

O que já se verifica nesse sentido é que esta Política Nacional de Extensão Universitária interage com outros cenários e políticas nacionais e atinge o público dos imigrantes ao dialogar com o que estabelece a Lei de Migração, por exemplo, que foi instituída no ano de 2017, em razão do grande fluxo de imigrantes e refugiados que chegaram ao Brasil nos últimos anos – ressignificando, portanto, a sua presença não apenas pelo âmbito da segurança nacional como pressupunha o Estatuto do Estrangeiro, promulgado na ditadura militar, mas assegurando direitos a essa população, tal qual para os nacionais.

São muitos os casos, portanto, de universidades atualmente trabalhando por meio da extensão com assessoria jurídica, psicológica, ensino da Língua Portuguesa, entre outros serviços para imigrantes. Do Norte ao Sul do Brasil é possível identificar universidades conveniadas à Cátedra Sergio Vieira de Melo (CSVM) – que desempenha importante trabalho ao público de imigrantes, sobretudo refugiados. Atualmente, a CSVM é composta por 22 Instituições de Ensino Superior espalhadas em nove Estados e no Distrito Federal, entretanto há outras universidades que desempenham atividades voltadas a esse público, independentemente do convênio (ACNUR, 2019b).

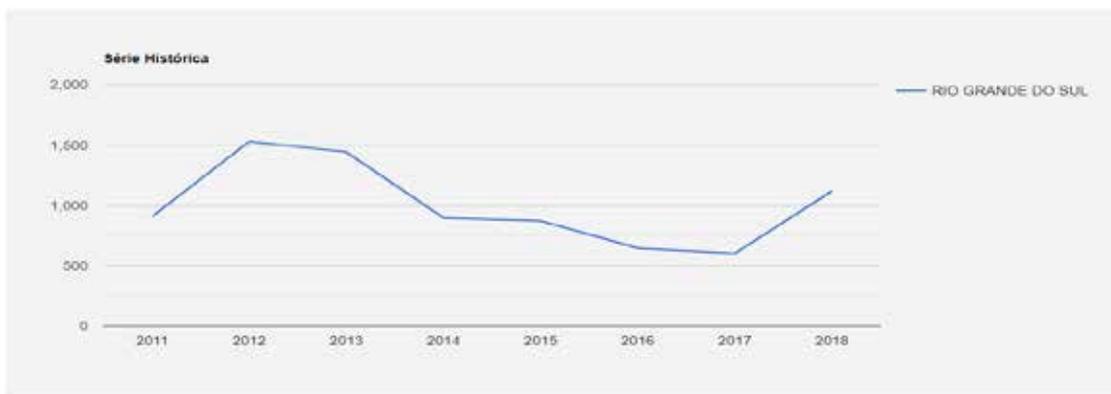
A expansão de vagas nas universidades, sobretudo federais, para este público também é um dado que merece destaque. De acordo com o Acnur, mundialmente, apenas 3% das pessoas refugiadas estão matriculadas em universidades. No Brasil, entretanto, esse número vem crescendo, chegando a dobrar em 2019 – comparado ao ano anterior. Este é um sinal de que, de certa forma, as universidades vêm desempenhando um importante papel e promovendo um ambiente de contato, aproximação, integração e democratização do conhecimento e da vida de forma geral.

Para conhecer mais profundamente sobre cada um dos projetos analisados nesta pesquisa faz-se necessário contextualizar os municípios onde estão localizados também, posto que cada um dos municípios possui particularidades e motivos que atraem os imigrantes a se estabelecerem para recomeçar sua vida.

Segundo o Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, que foi concebido a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho, por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB), o fluxo para o Rio Grande do Sul intensificou-se nos últimos anos. Assim, nos gráficos a seguir e nos dados trazidos no Quadro 1, sobre número de imigrantes em municípios do Estado, é possível constatar essa evolução.

Na base de dados da Coordenação-Geral de Imigração Laboral (CGIL) apresentam-se dados quantitativos de autorização de residência para fins laborais, em que é possível perceber uma redução entre os anos de 2013-2015 e um crescimento considerável a partir de 2017:

Gráfico 1 – Autorização de residência para fins laborais no RS, 2019

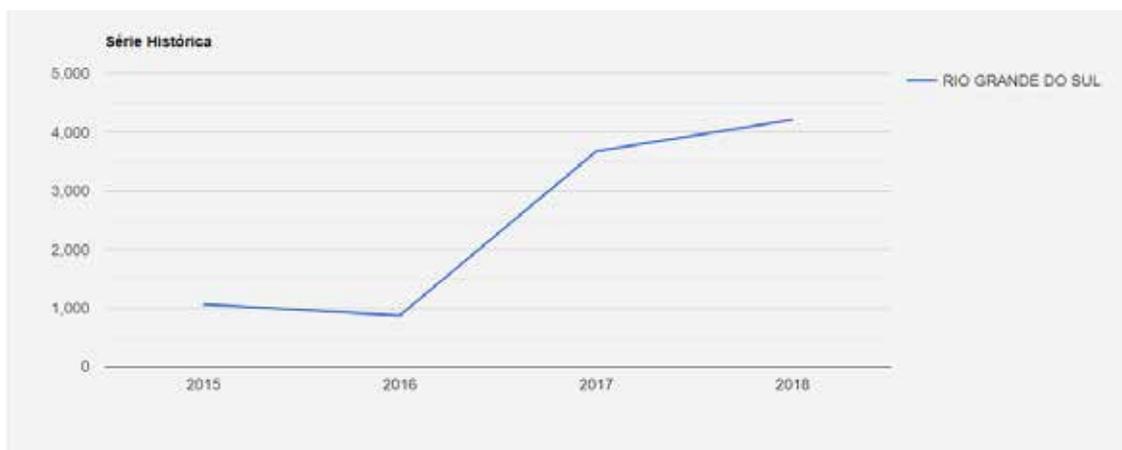


Fonte: OBMigra, 2019.

Nota-se que no período em que ocorreu redução de pedidos de imigração laboral, houve no Brasil um momento de instabilidade política e financeira e, conseqüentemente, aumento do desemprego – fato que pode ter influenciado esse declínio na imigração laboral. Já a partir de 2017 verifica-se o crescimento da imigração, em mesmo momento que internamente ocorriam mudanças na legislação e direitos previstos aos imigrantes.

Outro gráfico, a seguir, demonstra o crescimento de número de carteiras de trabalho emitidas pelo Ministério por ano no Rio Grande do Sul:

Gráfico 2 – Emissão de carteiras de trabalho para imigrantes no RS, 2019



ANO	RIO GRANDE DO SUL
2015	1.065
2016	875
2017	3.675
2018	4.214

Fonte: OBMigra, 2019.

Assim, é possível identificar um aumento nos últimos anos da chegada de imigrantes no território gaúcho. Os dados a seguir fazem parte do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sis-migra), o qual é um registro administrativo da Polícia Federal, referente aos imigrantes que entraram com pedido de cadastro para a emissão do Registro de Nacional Migratório (RNM) nos municípios nos quais estão localizadas as universidades analisadas nesta pesquisa, conforme segue:

Quadro 1 – Número de imigrantes, Porto Alegre e Santa Maria, 2019

Municípios	Porto Alegre	Santa Maria
2017	1978 imigrantes	118 imigrantes
2018	1929 imigrantes	150 imigrantes
Até outubro/2019	1525 imigrantes	124 imigrantes

Fonte: OBMigra, 2019. Elaborado pelas autoras.

Porto Alegre, capital, do Rio Grande do Sul – pode-se dizer – é uma cidade cosmopolita, para a qual há um constante fluxo migratório. No último Censo do IBGE (2010), Porto Alegre possuía o maior IDH do Estado do Rio Grande do Sul, o que gerava grande atração de imigrantes para a cidade, tanto nacionais quanto internacionais. Não é possível, entretanto, afirmar a previsão do IDH hoje em dia, tendo em vista que o novo Censo previsto para ser realizado em 2020 não foi possível devido à pandemia de Covid-19. Sobre o perfil dos imigrantes que chegaram a Porto Alegre nos últimos três anos, há, majoritariamente, pessoas oriundas do Haiti, Venezuela, Colômbia, Argentina, Estados Unidos, seguidos por demais países de todos os continentes, especialmente da América. Além disso, cabe destacar que o percentual de homens e mulheres é de 61% e 38%, respectivamente, sendo 1% não identificado (OBMIGRA, 2019).

Enquanto isso, no município de Santa Maria, localizado no centro do Estado do Rio Grande do Sul, com cerca de 280 mil habitantes (IBGE, 2020) e reconhecido por ser uma cidade com grande atração de universitários, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destaca-se por ter criado o primeiro vestibular ofertando vagas suplementares para o público dos imigrantes, o que também tem gerado certa atração e criando uma rede de suporte entre eles, conforme averiguado por meio das entrevistas que serão apresentadas na sequência. Ainda, o município de Santa Maria, está assim dividido entre imigrantes homens e mulheres, respectivamente: 58% e 42%. Dentre estes, as nacionalidades que mais se sobressaem são: Venezuela, Argentina, Colômbia, Uruguai, México e Estados Unidos (OBMIGRA, 2019).

De forma resumida, entre os projetos e universidades analisados nesta pesquisa tem-se o Grupo de Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados (Gaire), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no município de Porto Alegre, o qual foi o primeiro projeto voltado à assessoria jurídica de imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe acrescentar que este projeto desenvolve suas atividades na região metropolitana antes ainda da Lei de Migração ter sido instituída, isto é, desde 2007 (SEMINÁRIO..., 2018).

A UFRGS, por sua vez, é a primeira universidade a surgir no Estado, datando do ano de 1895 com os cursos de Farmácia e Química, seguidos pelo curso de Medicina e posteriormente de Direito, ainda no século 19. Em um primeiro momento não era federalizada, passando a sê-lo somente em 1950 e, desde então, ocupa posição de destaque no cenário nacional como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número de professores (UFRGS, 2019).

Além desse, o grupo Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (Migraidh), da Universidade Federal de Santa Maria, também vem trabalhando para desenvolver pesquisas e atividades que contemplem este grupo de indivíduos, em uma tentativa sempre de interagir com a comunidade e, sobretudo, com órgãos públicos – para que façam valer suas responsabilidades e atribuições (SEMINÁRIO..., 2018).

A Universidade Federal de Santa Maria foi fundada no ano de 1960 e foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e tornou o Rio Grande do Sul o primeiro Estado da Federação a contar com duas universidades federais. Recentemente, a UFSM figurou entre as 10 universidades do mundo com maior produção científica feita por mulheres, segundo levantamento feito em 2019 pelo Centro de Estudos da Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, na Holanda (UFSM, 2019b).

Sabidamente, uma universidade pública e, nesse caso federal, tem o objetivo de atender às demandas sociais, públicas e reverter seus ganhos (tangíveis ou “abstratos”) para a sociedade, uma vez que sua receita advém da União e, portanto, do povo. Assim, a ideia é analisar como se dá essa atuação das universidades federais enquanto agentes na sociedade articulando as políticas públicas e viabilizando acesso a direitos dos imigrantes, por meio da extensão universitária.

METODOLOGIA

A seguir serão aprofundados os debates acerca da atuação desses projetos de extensão para o público dos imigrantes a partir das entrevistas com os representantes dos projetos realizadas em 2019 de forma presencial, após um primeiro contato com estes em seminários rea-

lizados no ano de 2018, que também serviram de base e instrumentalização de tópicos a esta pesquisa. Utilizou-se, para tanto, a análise de conteúdo, conforme delimitada por Bardin (2011) a partir de três fases distintas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Sobre a entrevista semiestruturada que foi realizada com os representantes dos projetos de extensão das universidades selecionadas, esta foi composta por quatro tópicos principais (detalhados em 11 questionamentos), embora, cabe salientar, apenas guiaram a conversa, uma vez que houve espaço para relatarmos outros assuntos de seus interesses e experiências que enriqueceram a pesquisa. São eles: I) Surgimento do projeto, contextos e demandas para ter sido estruturado e as principais atividades que desenvolvem; II) Que agentes/atores sociais participam (se participam) dessa interação junto a universidade no processo de integração do imigrante internacional à comunidade regional; III) Desafios sentidos neste processo de integração do imigrante; IV) Atuação do Estado e de suas políticas públicas voltadas ao imigrante, se são suficientes ou insuficientes.

A partir dessas linhas de abordagem foi possível conversar também sobre diferentes temas e pautas que permeiam esta pesquisa, como as condições materiais e de direitos dos imigrantes atualmente, o papel que a universidade desempenha promovendo a sua integração à comunidade, o diálogo que acontece regional, nacional e internacionalmente com outros atores que participam desse processo, além de perceber as carências e desafios que se colocam hoje no contexto brasileiro e gaúcho para as Instituições de Ensino Superior.

Em ambas as universidades as entrevistas foram concedidas por bolsistas que atuam nos projetos, majoritariamente alunos da Graduação e Pós-Graduação em cursos de Direito e Relações Internacionais.

Caracterização e análise dos projetos de extensão das universidades selecionadas

Inicialmente cabe informar que cada projeto de extensão possui características próprias, desempenha atividades únicas e atua de modos diferentes em cada município e região. Assim, torna-se relevante explicitar os modos como surgiram dentro das respectivas universidades e a partir de que demandas.

Sobre o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados (Gaire), conforme entrevista realizada, este teve o início de suas atividades em 2006 como grupo de estudo/pesquisa; em 2007 iniciou os primeiros atendimentos e transformou-se em extensão, mas de forma ainda incipiente, chamando-se somente Gare (prestando serviço apenas para refugiados). Em 2009 assume sua forma atual, agregando a assessoria a imigrantes. Somente em 2012, contudo, pode-se dizer, que realmente cresceu e se tornou mais conhecido com a vinda dos haitianos e demandas que passaram a receber desse público.

Segundo representantes que atuam no projeto, este surgiu graças à iniciativa e movimento dos próprios alunos e, posteriormente, tendo apoio do professor regente, foi abarcado pelo Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju), que está vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que possui mais de 65 anos de experiência na promoção dos direitos humanos. Consideram, portanto, a assessoria jurídica a refugiados e imigrantes algo fundamental, devido ao alto grau de desconhecimento da legislação brasileira por

parte dessas pessoas e da sociedade em geral. Além disso, contam, não esperavam que o projeto chegasse ao patamar que chegou, isto é, sendo uma referência nessa rede dos imigrantes – tanto na regulação migratória, de assistência jurídica e também psicossocial. Os representantes relatam, ainda, que contam com ajuda de outras áreas e não só do Direito, atualmente, como também de alunos de Relações Internacionais, Psicologia, Serviço Social, Jornalismo, Cinema, Políticas Públicas, Enfermagem – além da prestação de serviços voluntária de advogados e psicólogos (maioria ex-alunos da Instituição).

Já representantes do Migraidh (Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional) relatam que o projeto começou a desenvolver atividades na Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2013, graças à vinda de uma professora para o curso de Direito que pesquisou em sua tese de Doutorado o tema do direito humano de migrar, trazendo toda perspectiva dessa “violência do Estado quando seleciona, barra imigrantes por uma série de situações” (MIGRAIDH, 2019). Dessa forma, surge o projeto e buscam compreender, investigar e assessorar na perspectiva jurídica as vulnerabilidades e desafios dessa população migrante no Brasil.

Assim, desenvolveram uma pesquisa de campo logo no início do projeto para conhecer algumas comunidades imigrantes no Estado, como haitianos em Lajeado, senegaleses na serra gaúcha, etc. Dessa pesquisa, portanto, muitas demandas e questões foram levantadas e serviram, juntamente com o referencial teórico que já se tinha, para embasar o corpo de dados e demonstrar a importância de o projeto atuar no município e na região. Cabe destacar, conforme fala dos representantes, que a questão do acesso à educação sempre ficou muito latente a partir desse contato com as populações imigrantes. Assim, o projeto de extensão tomou um caráter ainda mais significativo, pois passou a atuar, diante dos demais órgãos públicos, reivindicando direitos da população imigrante e refugiada – principalmente na questão da educação. Tal movimento foi responsável por conseguir estabelecer uma política de oferta de vagas, especificamente para ingresso desse público em seus vestibulares – muito embora o programa de acesso tenha perdido força e recursos financeiros e sido descontinuado a partir de 2019, mantendo ainda cerca de 70 estudantes migrantes em cursos de Graduação (MIGRAIDH, 2019)

Além disso, atualmente, assim como o Gaire, participam junto a Cátedra Sérgio Vieira de Melo. Para ambos os projetos o convite a participar da CSVM ocorreu após alguns anos de atuação e relevância dos trabalhos desempenhados.

É possível identificar nesses relatos o conceito de agente/agência, cunhado por Giddens e debatido na seção anterior, sendo desempenhado pela universidade, uma vez que – fazendo uso de seu poder e de suas relações dentro da comunidade – pode relacionar-se com a estrutura (Estado e sociedade) para promover mudanças para determinado grupo/ator social (nesse caso, os imigrantes), instituindo uma política que viabiliza o acesso à educação, por exemplo. De acordo com a Resolução 041/2016:

A Universidade Federal de Santa Maria viabilizará o ingresso como aluno ao portador de estado de refugiado ou imigrante em situação de vulnerabilidade, nos cursos Técnicos, Tecnológico e de Graduação, por meio de vagas suplementares por curso no semestre letivo, que independe do número de vagas ociosas (UFSM, 2016).

Verificou-se nessa conjuntura que a estruturação como projetos de extensão e articulação das atividades dentro da universidade ocorreram de forma reativa – ou como sugeriria

Giddens, de forma reflexiva – ao fenômeno da imigração no Estado do Rio Grande do Sul, isto é, à medida que as pessoas chegavam, percebia-se, de certa forma, a necessidade de acolhê-los e auxiliá-los em demandas diversas: desde o ensino da língua, documentação, acesso à saúde pública, até assessoria para ingressar no mercado de trabalho.

É perceptível também que, via de regra, os projetos não atuam isoladamente; há a participação de outros atores, como a Cátedra Sérgio Vieira de Melo, Associação Antônio Vieira, empresas privadas, prefeituras, etc. Foi possível observar a interação dos projetos de extensão também com servidores públicos e secretarias municipais, conforme é possível constatar nos seguintes relatos:

A gente não costuma promover atividades e ações de caridade/assistencialista, bem pelo contrário. A gente sempre atua de forma coletiva, pra pensar a população, esse público de atendimento que é os imigrantes e refugiados... num âmbito maior, um âmbito coletivo – fazendo intermediação com os poderes públicos de todos os níveis pra enfrentar as demandas que nos chegam; o atendimento mais individual, que também acontece, está em outros âmbitos... muitos atendimentos e demandas documentais, como regularização migratória, atendimento psicossocial. Tudo isso o Migraidh faz. Dá pra dizer que o Migraidh tem dois grandes ramos de atendimento: intermediações com poder público para efetivação dos direitos e, por outro lado, oferecer um serviço de acolhida e assistência (MIGRAIDH, 2019).

Fazemos parte da Cátedra... Acredito que a gente atue mais como uma instituição de meio. A gente acolhe e recebe as demandas de instituições e órgãos federais, como Polícia Federal, DPU e encaminhamos. [...] Atuamos em algumas lacunas, fazendo articulação entre eles e os imigrantes e vice-versa... Uma coisa que eu vejo, por exemplo, chega o assistido na Polícia Federal, o que eles fazem é encaminhar pro Gaire, que vai organizar, vai ser tudo “organizadinho”, pra daí voltar pra instituição que, teoricamente, era responsável por esse serviço. Ao invés de identificar a demanda e buscar solucionar, eles já mandam pra nós. Aí identificamos e reencaminhamos de volta depois para o órgão responsável com tudo pronto (GAIRE, 2019).

Percebe-se nesses relatos a relevante participação dos projetos no tocante à intermediação dos serviços públicos que devem ser prestados ao imigrante pelo Estado. Pode-se dizer, portanto, que há entre a teoria e a prática um descompasso em relação à Lei de Migração, por exemplo, e em como as instituições e estrutura estatal deveriam estar funcionando, visto que a universidade, na condição de agente, vem executando funções e respondendo por serviços que não, necessariamente, são seus. Dessa forma, percebe-se por parte das universidades que os serviços possam estar sendo prestados de forma morosa ou ineficiente, dado que não possuem estruturas (física, financeira e de pessoal) para atender às centenas de serviços e demandas que chegam. Isso demonstra também que a universidade tem sido vista como um órgão com credibilidade e capilaridade nas comunidades em que está inserida, dado que vem sendo procurada tanto pelos imigrantes nessa prestação de serviço quanto pelos órgãos públicos, além de manter parcerias e projetos com associações como a Asav e CSVM.

Cabe destacar também a fala dos representantes do projeto da UFSM sobre não prestar serviços assistencialistas e/ou de caridade, uma vez que compreendem a importância de empoderar esses sujeitos para – em plenos poderes e direitos garantidos – buscarem por conta própria o seu desenvolvimento. Nesse sentido, compreendendo também a educação como algo fundamental para o desenvolvimento dos seres humanos e percebendo a dificuldade que

havia para validar os diplomas dos imigrantes no Brasil, dada a burocracia e custos por essas transações, acabou conseguindo viabilizar a oferta de vagas suplementares que possibilitariam a oportunidade de ensino e, mais que isso, um contato maior com os demais estudantes e a integração à sociedade.

De acordo com os representantes desse projeto, a política de ingresso surgiu da compreensão teórica e prática (via extensão e contato com a população migrante) de que este sujeito enxergava muitas vezes a universidade como um espaço negado (tanto para imigrantes quanto para refugiados). Embora, conforme comentado pelos representantes do Migraidh, se tenha uma facilitação de acesso de refugiados à educação de nível superior, a partir de legislação nacional, ao imigrante não é concedido o mesmo direito. Assim, não se discute quanto ao imigrante essa condição porque muitas vezes se tem a ideia de que a imigração é algo voluntário: “Veio porque quis” (MIGRAIDH, 2019). Então, o propósito foi justamente compreender as vulnerabilidades que ambos os grupos possuem e pensar uma alternativa para sanar ou diminuir esse problema – demonstrando, portanto, que os indivíduos têm influência sobre as estruturas vigentes e que podem ser a mola propulsora de mudanças de ordem prática.

A política, portanto, nasce desse contexto e compreensão... além disso, só a imigração consegue trazer essa diversidade pra dentro da universidade, essa riqueza cultural, outras possibilidades de discussão de saberes, democratização, trocas... a política vem nesse sentido. E o Migraidh foi o órgão que propôs à universidade (MIGRAIDH, 2019).

Mesmo reconhecendo, entretanto, a importância dessa política e oportunidade, hoje ela está suspensa na universidade, não tendo sido lançado edital de ingresso no ano de 2019 sem motivos claros ou específicos, segundo relatam. Possivelmente, devido ao contingenciamento das universidades públicas pelo governo federal, foi necessário desarticular ou desestimular certos processos e “o primeiro corte, a primeira política cortada... foi a política de imigrantes que é algo tão importante, pra pensarmos na internacionalização da universidade, na democratização do acesso ao ensino” (MIGRAIDH, 2019). Nesse depoimento de representante do Projeto Migraidh percebe-se o descontentamento com o momento vivido internamente pelo país e o contingenciamento de recursos das universidades federais pelo Ministério da Educação, que obrigou que cortes fossem feitos no orçamento e nos projetos vigentes, para que contas elementares pudessem ser quitadas, como: folha de pagamento, luz, água, etc. Isto é, em um cenário de crise na educação nacional, corta-se de atividades entendidas como não essenciais – sob o ponto de vista de quem detém o poder, seja no Estado, seja nas universidades – invisibilizando as necessidades e sonhos dessas pessoas.

Sobre a ocasião em que as entrevistas foram realizadas, cabe dizer que ocorreram exatamente no momento em que o ministro da pasta de Educação anunciava os cortes no orçamento do MEC, que refletiriam nas universidades federais. O receio, portanto, era nítido em relação ao futuro, à continuidade de projetos e à perseguição que muitas vinham sofrendo nesse contexto, uma vez que o ministro havia declarado cortes ainda maiores naquelas universidades consideradas ineficientes, com rendimento abaixo do esperado, e que praticavam “balbúrdia” (EL PAÍS, 2019). Com essas declarações o ministro, que deveria defender investimentos na educação no país, acabava fomentando um movimento anticidência, desassistindo pesquisadores – com o corte de verbas nas instituições de fomento que financiam bolsas e projetos – perseguindo alunos e professores e colocando a ciência e a pesquisa como inimigas da própria população.

Assim, o que se verificou foi que medidas adotadas por governos prejudicam diretamente o funcionamento das atividades dentro das universidades, as quais, por sua vez, refletem na sociedade, pois deixam de prestar um serviço (nesse caso ao grupo dos imigrantes) devido à falta de recursos e estrutura interna – o que mostra uma relação de poder do Estado sobre o agente (universidade), uma vez que não compete somente a esta a decisão pela manutenção de suas políticas.

Além disso, esse relato do Migraidh sobre a universidade servir/agir como um ambiente de democratização do ensino, de oportunidades e como lugar de vivência, capaz de integrar o imigrante à sociedade, revela também o quanto esses espaços – apesar de sua importância – ainda são vetados no Brasil e no mundo para essa população. No Brasil é comum ouvir que o imigrante veio para tirar o lugar de outro brasileiro, seja no emprego, nas escolas, na saúde, etc.

Seria errôneo, entretanto, pensar que o perfil dos imigrantes que vêm para o Brasil seja o de pessoas sem escolaridade. Recentemente, em 2019, o Acnur, em parceria com a Cátedra Sergio Vieira de Melo, promoveu uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos refugiados, e nela foi constatado que a grande maioria dos que vivem hoje no Brasil possui elevado capital linguístico e um capital escolar acima da média brasileira. Essa pesquisa revelou ainda que, entre os entrevistados da amostra, apenas 2,7% dos refugiados informantes não haviam completado o Ensino Fundamental e 0,6% declararam-se iletrados, num total de 3,3% que estão nessa faixa contra 41% da população brasileira. Por outro lado, 34,4% dos refugiados concluíram o Ensino Superior, alguns tendo cursado até mesmo Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) contra 15,7% da população brasileira que concluiu o mesmo nível de ensino (ACNUR, 2019c). Não obstante isso, a maior parte dos diplomados de nível superior não consegue revalidar seus diplomas – informação essa confirmada pelas entrevistas com as universidades e projetos de extensão – por inúmeros motivos, como falta de informação e a dificuldade com o idioma, desafios que as instituições, por meio dos projetos de extensão, vêm tentando combater.

O fato de terem boa escolaridade não assegura o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, conforme relatam as universidades, há uma grande preocupação por parte dos imigrantes com essa necessidade, visto que muitos, além de se sustentarem, enviam divisas para suas famílias que ficaram no país de origem. É perceptível, ainda, uma resistência e xenofobia em relação a esses grupos de indivíduos e a oferta de vagas. Assim, quando conseguem algum tipo de emprego ou oportunidade, acabam aceitando e se submetendo a qualquer sorte, mesmo tendo formação e competência para desempenharem outras funções. Essas questões podem ser percebidas no relato a seguir, demonstrando a importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade de que tem sido o acesso ao mercado de trabalho, os traços de xenofobia, racismo e, por fim, a informalidade.

Independente do grau de instrução dos assistidos, a maior parte deles quando chega ao Brasil acaba se vinculando a empregos fora da área de formação, subalternos e sem carteira assinada, em virtude da situação de vulnerabilidade socioeconômica em que migram. Contudo, a atividade com a qual eles se vinculam varia muitas vezes, dependendo da nacionalidade. Os senegaleses e aqueles de origem árabe, por exemplo, se vinculam mais a empregos como vendedores ambulantes. É importante ressaltar, no entanto, que migrantes negros, vindos de países africanos e caribenhos, são os que mais trazem demandas trabalhistas, sendo possível reconhecer o racismo e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais. [...] Eu sempre levanto a questão de que eles sempre falam em profissionalizar e tal pro mercado de trabalho, porém às vezes isso não é vantajoso pro próprio

imigrante. Por exemplo, eles querem que ele deixe de vender na rua, e na verdade muitas vezes ganham melhor na rua do que se fossem trabalhar formalizados, com carteira assinada. Além disso, teriam que fazer curso de formação, vir ao centro, passar meses num curso para no final acabar recebendo menos do que ganham agora e isso pra quem muitas vezes tem que mandar dinheiro pro país de origem e se manter aqui, fica difícil e faz bastante diferença (GAIRE, 2019).

Foi possível identificar nas entrevistas realizadas, portanto, o quanto o preconceito e o racismo ainda estão presentes na sociedade no Rio Grande do Sul – mesmo tendo sido essa uma região colonizada por diversos povos (de origem europeia, em sua maioria), percebe-se ainda certa resistência ou xenofobismo com aqueles que vêm de fora, sobretudo negros. Além disso, o desconhecimento e/ou ignorância sobre os direitos dessas pessoas e o fato de que elas não vêm para disputar ou tomar algo de alguém, prejudicando serviços públicos, por exemplo, dão margem para comportamentos excludentes e segregadores. Desta forma, garantir que os imigrantes tenham documentos válidos e amplo acesso, portanto, a serviços públicos, é um preceito básico para manter determinado nível de qualidade de vida e desenvolvimento na sociedade.

De acordo com representantes do projeto de extensão da UFRGS, Gaire, o que ocorre é que muitas vezes os imigrantes chegam para demandar um serviço público, que têm direito, e a informação da pessoa “do outro lado que está atendendo eles, desconhece e não aceita esse documento por achar que eles não têm esse direito; sendo que quem chega no Brasil com protocolo de refúgio, por exemplo, tem acesso aos serviços garantidos... ou deveria ter” (GAIRE, 2019).

O mesmo foi percebido pelos representantes do projeto de extensão Migraidh da UFSM, quando perguntados sobre as questões de direitos e a percepção que tinham acerca disso, responderam:

A gente teve recentemente uma mudança legislativa em 2017, uma proposta legislativa para promover os direitos da população migrante. Não se tinha isso em legislações anteriores. E aí você cria, de certa forma, uma expectativa de que vá se cumprir, de que isso vá ser efetivado na prática. Mas a gente sabe, os desafios da imigração hoje são muitos e diversos... ainda mais agora com essas mudanças do governo a gente já tem sentido muito... A parte que eu mais trabalho é acompanhar os imigrantes na assessoria documental. Porque assim, a pessoa ter um documento dentro de um país é fundamental para que não sofra outros tipos de vulnerabilidade e violações... tanto questões de trabalho como outros aspectos (MIGRAIDH, 2019).

Além disso, consideram ainda bastante ineficientes as políticas voltadas a esse público, mesmo após a mudança da Lei em 2017, pois compreendem que é recente e não foi possível ainda constatar mudanças substanciais na prática:

Considero totalmente insuficiente... não tem o que falar. Porque assim, o Estado precisa de alguma forma responder a essa realidade. A gente sabe que muitos imigrantes vêm em situações bem difíceis... aliás, pra início de conversa a gente sabe que o Estado barra “né”. No momento que ele não aceita, intervém, ele tem uma postura muito de securitização, de ameaça. Então, assim, são muitas coisas... A Lei ela vem com uma ideia de promoção dos direitos humanos, ela distribui umas competências entre diferentes instâncias do poder Executivo, digamos assim, mas de fato quem vai operacionalizar isso e criar políticas públicas específicas para essa população, a partir da realidade delas, ainda não tá fazendo, não está viabilizando e hoje cada vez menos porque a população migrante nessa situação política que a gente vive, é vista cada vez mais como ameaça, né, como uma população que

vem causar transtorno, roubar emprego, ou ruim pra segurança pública. Então, na verdade, esses discursos ainda estão sendo perpetuados e pelo Estado, sobretudo. Uma questão que eu destacaria, também a partir da minha experiência, é como os órgãos de segurança são inadequados para atender imigrantes. Por exemplo, hoje quando um imigrante chega ao Brasil para ingressar, precisa procurar uma Polícia. Por que uma Polícia? Então, não se criou e vejo que precisaria de um outro espaço para se atender imigrantes... A Polícia é um órgão de segurança, relaciona, portanto, migração com segurança e aí depois você atende de uma forma... olha, já tive experiências terríveis. De tratamento, discriminatório, de considerar e induzir que o imigrante estava mentindo, de simplesmente desconsiderar a presença do imigrante ali, xenofobia completa! Então são experiências que mostram como há imensos desafios para que a gente possa promover uma acolhida e integração dessas pessoas que vêm para o nosso país e que têm todo direito (MIGRAIDH, 2019).

O que se percebe diante desse relato é a necessidade de uma mudança efetiva no trato desses indivíduos por parte do Estado e de suas políticas públicas, isto é, que não se criem leis simplesmente, mas que estas estejam amparadas e apoiadas pelas instituições municipais, estaduais e federais para que se cumpram na prática e que mudem a falsa impressão de que essas pessoas vêm para o Brasil para prejudicar a vida dos que aqui estão. Nesse sentido, as universidades somam-se como agentes nesse processo na tentativa de desconstruir esses mitos e promover ações que aproximem os imigrantes da comunidade e do acesso aos direitos estabelecidos.

Assim, verificou-se nesses relatos o quanto as reações ao fenômeno da imigração vêm provocando mudanças estruturais na sociedade, muito embora haja um longo caminho a percorrer e melhorias a serem realizadas e pensadas, tanto pelo Estado quanto pelas instituições que atuam diretamente com esses indivíduos, priorizando um atendimento humanizado e acolhida dessas pessoas.

Nesse sentido de priorizar pela qualidade do atendimento e percebendo as limitações dos agentes públicos no trato com os imigrantes, os projetos de extensão vêm atuando diretamente com as Secretarias de Saúde, Educação e com Assistência Social dos municípios em que se localizam, na busca por facilitar a comunicação, traduzindo cartilhas, pôsteres e instruções aos imigrantes (e vice-versa) e também promovendo encontros e compartilhando conhecimento com servidores públicos das prefeituras para que conheçam sobre a legislação e os direitos que devem ser assegurados e serviços prestados a essas pessoas.

Além disso, mesmo ocorrendo situações discriminatórias e de obstrução a serviços, como as descritas anteriormente, os relatos das universidades demonstram que continua a crescer o número de imigrantes que chegam ao Estado e que procuram assessoria destes órgãos. Percebe-se que à medida que um grupo é atendido e se sente bem ou mais empoderado, por conta desse atendimento, ele acaba fortalecendo e compartilhando essa informação com outros grupos de imigrantes e gerando uma rede que se conecta e passa a procurar pelos serviços nas universidades. Os projetos de extensão também destacam que trabalham de forma integrada com outros municípios e região, recebendo e acolhendo demandas não apenas do território em que estão inseridos.

Quando questionados sobre se conseguiam mensurar os impactos de seus projetos na vida dessas pessoas, os representantes na maioria das vezes sentiam-se entusiasmados em afirmar sobre as conquistas e experiências que tiveram junto dos imigrantes e dos números conquistados por meio de atendimentos, por exemplo, como demonstra essa carta enviada do

Gaire à pesquisadora, após a entrevista para embasar como se deu sua atuação e serviços prestados nos últimos anos:

Em 2018 o Gaire atendeu 165 casos, de 28 nacionalidades diferentes. Dessas, 45,7% foram senegaleses, 21,3% haitianos, 4,3% venezuelanos e 3% paquistaneses. Nesse contexto, as principais demandas atendidas foram regularização do status migratório, reunião familiar, revalidação de diplomas e demandas trabalhistas. De forma geral, as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo são o desconhecimento e o despreparo dos serviços sobre o trabalho com a população migrante (GAIRE, 2019).

O Migraidh, da Universidade Federal de Santa Maria, também destaca as boas experiências que têm tornado o projeto uma referência para essas pessoas, tanto as que vivem em Santa Maria quanto em outros Estados.

Vejo que o Migraidh acabou se tornando um pouco um ponto de referência pra quem tá na cidade e até pra quem não está... os imigrantes procuram o Migraidh quando têm algum tipo de demanda, quando acontece alguma coisa em relação à questão migratória ou algo do tipo. Mas, por outro lado, a gente não pode esquecer da responsabilidade estatal, né... não estamos aqui para substituir o Estado. Pelo contrário... estamos aqui sim como ponto de apoio, mas há uma série de demandas que precisariam estar dentro de políticas públicas pelos órgãos públicos do Executivo municipal que tá mais próxima da realidade migratória (MIGRAIDH, 2019).

Sobre a continuidade do projeto, relatam que há uma expectativa de que ele seja mantido, sobretudo demonstrando a relevância da universidade em um momento de contingenciamento de recursos e certos questionamentos por parte do governo federal. Além disso, o projeto da UFSM também apoia eventos culturais como forma de promover a integração dos imigrantes à comunidade.

Agora a gente tá promovendo uma atividade cultural, porque, assim, dentro da universidade os imigrantes ingressantes, eles criaram um comitê de representação deles, pra se organizar e articular as demandas próprias. E aí uma das demandas que surgiram foi a criação de um evento cultural, intercultural, entre imigrantes, refugiados e as pessoas aqui da cidade e esse evento foi bem interessante porque uma das questões que mais se debateu foi que dentro da universidade e mesmo da cidade não há espaço para esses imigrantes falarem sobre a própria cultura deles. De onde vieram, que país é esse, que lugares são esses? O que representa a cultura, a política, a história, economia desses países. [...] foi bem interessante esse processo da construção desse evento porque, assim, a gente sentiu que os imigrantes colocavam muito que não queriam falar mais sobre a migração, tipo sobre a vinda, sobre como foi isso, como foi aquilo... que as pessoas pra eles de alguma forma sempre perguntavam que tu comeu, tu veio de ônibus, barco ou não sei o quê? Ou seja, sempre nesse tom de vitimizar a pessoa, de colocar ela numa condição de que precisa de ajuda, de auxílio... e não. Eles queriam poder falar sobre o que entendem do mundo, do país, da cultura. Esse evento é totalmente destinado a esse objetivo. Falarem sobre cultura, com esse enfoque de voz, sobre algo que historicamente é marginalizado, criminalizado, dentro do nosso país inclusive (MIGRAIDH, 2019).

Esse relato da UFSM revela como o indivíduo/imigrante é capaz de provocar e promover mudanças e articulações dentro da sociedade, bem como explicitava a Teoria de Estruturação e o conceito de reflexividade de Giddens. Esse lugar de fala para contar sobre suas experiências, seus conhecimentos, cultura, vivências, demonstra um sujeito empoderado e que projeta novas trajetórias de desenvolvimento, ao mesmo tempo que cria um ambiente aberto de troca mútua

de conhecimento com as outras pessoas da sociedade. Além disso, como destaca Giddens, acerca da Teoria da Estruturação, permanentes transformações da vida social demandam também novas reflexões que contemplem as ações individuais contextualizadas e transformadoras da realidade coletiva.

Atualmente a universidade possui o Observatório de Direitos Humanos (criado em 2018), e nesse projeto muitos grupos são abarcados e acompanhados, entre eles o Migraidh. Assim, hoje o projeto de extensão tem dois bolsistas compondo a equipe de trabalho do Observatório e entre estes, um já é um imigrante estudante da universidade.

Percebe-se que a participação do imigrante em um Observatório de Direitos Humanos da Universidade é uma forma de democratizar e oportunizar uma experiência ainda mais aberta e inclusiva na Universidade, uma vez que é composta por diferentes grupos, etnias, culturas e há, portanto, uma riqueza nessa conexão e compartilhamento de conhecimento e experiências de vida.

Recentemente, em 2019, a UFSM foi reconhecida como uma das universidades mais inclusivas do mundo, de acordo com o *ranking University Impact* publicado pela revista britânica *Times Higher Education* (THE). Segundo o vice-reitor, este destaque corrobora o comprometimento da universidade com pautas voltadas a questões fundamentais na sociedade desigual brasileira, como a situação dos imigrantes, as questões de gênero, qualidade da educação e inclusão social. A metodologia para a avaliação das universidades teve como base 11 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e entre estes o que a universidade teve maior destaque foi no ODS 16: promover sociedades pacíficas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes (UFSM, 2019b).

Caberia, por fim, refletir a respeito dessa problemática e do papel da extensão que foi discutido até aqui, pois, a quem de fato a universidade tem servido ou deve servir? Para quem ou com que finalidade têm sido produzidas as grandes pesquisas? De onde sairão os recursos que financiam projetos?

Acredita-se que a extensão universitária, na condição de agente e componente da tríade da universidade, junto ao ensino e a pesquisa, deva despertar a necessidade do indivíduo de ler o mundo, olhá-lo, interpretá-lo, ressignificá-lo, bem como ser capaz de transformar sua vida, seu entorno e o da própria humanidade. É dessa forma que se entende a universidade como agente que pode condicionar e limitar comportamentos, mas pode, também, e deve, expandir, libertar, questionar, reestruturar sociedades, agindo nos desafios mais essenciais e urgentes do país – posto que o acesso da população às produções realizadas nada mais é do que um retorno ao investimento público que a própria população fez (SOUZA; ALMEIDA, 2011).

Nesse sentido, também, outro fato recente merece destaque ao se pensar nas perspectivas futuras sobre a extensão, dado que após determinação do MEC (Ministério da Educação), no PNE (Plano Nacional de Educação) para o período de 2014-2024 passará a ser exigência obrigatória na formação dos acadêmicos cerca de 10% do total de horas do currículo dedicadas/cumpridas via extensão. Essa meta 12.7 do PNE, que dispõe sobre a “curricularização” da extensão, abre possibilidades de concretização do princípio da indissociabilidade do tripé das universidades: pesquisa, ensino e extensão, tendo em vista que o fato de a extensão ter sido a última atividade a compor o tripé da formação na história das universidades, sua natureza multidisciplinar, a dinâmica de uma atividade que extrapola os muros da universidade, ainda, sua

demanda de públicos amplos e heterogêneos, entre outros aspectos, justifica o número enxuto de ações de extensão quando comparado às demais atividades do tripé: o ensino e a pesquisa (RIBEIRO; MENDES; SILVA, 2018).

Diante dos relatos e informações apresentados, fica evidente o importante passo que está sendo dado por parte das universidades e seus projetos de extensão na busca da construção de sociedades mais inclusivas e justas. Além disso, o fluxo migratório não dá indícios de que irá diminuir, pelo contrário. Desta forma, a articulação com o poder público e instituições regionais que atuam diretamente com este público e com a elaboração de políticas públicas é fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O constante fluxo imigratório para o Brasil, que não dá indícios de diminuir, vem provocando e demandando alterações na sociedade e por parte do Estado e seus agentes. Nesse sentido, conforme verificado nas entrevistas, a universidade, por meio da extensão, surge como importante aliada na busca pela instituição de políticas públicas e garantia de direitos aos imigrantes, embora não tenha a intenção de substituir o Estado no cumprimento de suas obrigações.

Além disso, verificou-se que as universidades possuem limitações, tanto do ponto de vista financeiro quanto de sua própria atuação e função social – uma vez que diante do contingenciamento feito pelo governo federal necessitou restringir projetos e ações, por exemplo. Verificou-se, ainda, que apesar dos avanços nos últimos anos na prestação de serviço via extensão, ainda há muito que ser construído e transformado por meio dessa ação coletiva com a comunidade local e imigrantes – desconstruindo mitos e a imagem de serem somente vítimas ou criminosos, mas poderem ser vistos como seres humanos repletos de capacidades, experiências, histórias, cultura e vida.

Sobre a “curricularização” da extensão, destacada na meta 12.7 do PNE, espera-se que com a sua instituição, nos próximos anos a extensão possa expandir ainda mais suas atuações na sociedade, oportunizando um local democrático de aprendizagem e compartilhando com a comunidade o conhecimento e pesquisas provenientes do meio acadêmico, ao mesmo tempo que dialoga e incorpora saberes da comunidade.

A dinâmica veloz com que ocorrem as transformações no mundo globalizado provocam e demandam adaptações no território. Dessa forma, verifica-se que humanizar e apoiar esse atendimento aos imigrantes é ponto fundamental no arranjo entre agentes e estrutura e os projetos de extensão, por meio dessa prática, apresentam-se como uma resposta – pacífica, acolhedora, justa – mesmo em momento de crise, às perversidades que ainda se mantêm na dinâmica do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Global Trends*. Deslocamento global supera 70 milhões, e chefe da Agência da ONU para Refugiados pede maior solidariedade na resposta. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/19/deslocamento-global-supera-70-milhoes/>. Acesso em: 14 jul. 2019a.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados *Universidades conveniadas*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/universidades-conveniadas/>. Acesso em: 11 ago. 2019b.

ACNUR. *Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil*. Subsídios para elaboração de políticas. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2019c.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Política Nacional de Extensão Universitária*. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renew/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

COHEN I. J. Teoria social hoje. In: GIDDENS, A.; TURNE, J. (org.). *Teoria da estruturação e práxis social*. São Paulo: Unesp, 1996. p. 393-446.

EL PAÍS. *Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html. Acesso em: 19 set. 2019.

FERRACINI, K. *Fluxos migratórios, território, institucionalidades: contornos de um debate na cidade de São Paulo*. ENANPUR, 17., São Paulo, 2017.

FRIDMAN, L. C. Próximos ou separados? Ideias de Giddens e Bauman sobre as motivações para a política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 241-271, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2020.

GAIRE. Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados. *Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais*. Entrevistadora: AZEVEDO, A. Gabriella. Porto Alegre, 2019. Entrevista concedida para fins de análise e referencial para dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Unisc.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARVEY, D. *Condição pós-Moderna*. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 4 abr. 2020.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, set. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 fev. 2020.

MIGRAIDH. Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da Universidade Federal de Santa Maria. *Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais*. Entrevistadora: AZEVEDO, A. Gabriella. Santa Maria, 2019. Entrevista concedida para fins de análise e referencial para dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Unisc.

OBMIGRA. *Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Base de Dados: Sismigra*, 2019a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 5 jan. 2020.

OBMIGRA. *Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Base de Dados: CGIL/CNIG*, 2019b. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401202-cgil-cnig>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Economia e Gestão, n. 11, 2004.

PROEX UFES. *100 anos do Manifesto de Córdoba: “Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden”*. Disponível em: <http://www.proex.ufes.br/conteudo/100-anos-do-manifesto-de-cordoba-toda-la-educacion-es-una-larga-obra-de-amor-los-que>. Acesso em: 1º dez. 2019.

RIBEIRO, F. R. M.; MENDES, F. F.; SILVA, A. E. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. *Rev. Conexão UEPG*, v. 14, n. 3, p. 334-342, ago./dez. 2018.

RODRIGUES, M. M. Universidade, extensão e mudanças sociais. In: *Em Extensão*, Uberlândia. 1999. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20472/10904. Acesso em: 28 abr. 2018.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, P. F. dos; SANTOS, C. F. dos. *A história da Extensão Universitária no Brasil e Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária e das Universidades e IES Comunitárias*. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de Menezes; SÍVERES, Luiz (org.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (Ices)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 206-227.

SANTOS JÚNIOR, A. L. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. *Revista Inter-Legere*, v. 1, n. 13, p. 299-335, 5 set. 2013.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2., maio, 2018. Lajeado, RS: Univas, 2018.

SOUZA, I. M. F.; ALMEIDA, L. P. de. Desafios da extensão universitária para erradicação da miséria e para humanização do ser humano. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (org.). *Transcendendo fronteiras – a contribuição da extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Ices)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 241.

TALAYER, Carlos, A. L. *Imigrantes e Refugiados na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: estudo de caso de um projeto de extensão em uma instituição federal de nível superior*. Porto Alegre. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, 2017.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Histórico*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 2 dez. 2019.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. *História*. 2019a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/historia/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. *UFSM é uma das universidades mais inclusivas e diversas do mundo*. 2019b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2019/04/17/ufsm-e-uma-das-universidades-mais-inclusivas-e-diversas-do-mundo/>. Acesso em: 1º dez. 2019.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. 2020. *Resolução N. 041/2016*. Disponível em: http://w3.ufsm.br/prograd/images/pdf/resolucao_041_2016_ufsm_programa_refugiados_imigrantes.PDF. Acesso em: 6 abr. 2020.